

Líderes vão discutir hoje convocação do Congresso

16 JUN 1992

JORNAL DO BRASIL

Os presidentes do Senado, Mauro Benevides, e da Câmara, Ibsen Pinheiro, decidiram ontem consultar os líderes dos partidos sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o recesso parlamentar de julho. Benevides disse que os senadores estão apreensivos com a possibilidade de terem que deliberar, em poucos dias, sobre projetos de lei ainda em exame na Câmara e que podem ser aprovados nos próximos dias. Entre os projetos, o senador mencionou os que tratam de temas polêmicos como a modernização dos portos e a nova lei de patentes. Benevides admitiu que a convocação pode ocorrer em decorrência também da crise política.

A primeira reunião de Ibsen com os líderes de partidos está marcada para às 11h de hoje. O senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA) defendeu ontem da tribuna a convocação extraordinária, argumentando que dificilmente o Congresso conseguirá esgotar a pauta de matérias antes do recesso. Benevides disse que concorda com a convocação mas advertiu que não admitirá o recesso branco em agosto e setembro, véspera das eleições municipais. "Seria uma afronta à imagem do Congresso e pode afetar a governabilidade do país", afirmou.

Benevides revelou que o Legislativo está quase sem recursos para custear suas atividades rotineiras e lembrou que a convocação tem um custo alto. Ele recebeu com bom humor a

idéia de uma vaquinha lançada pelo deputado Adroaldo Streak (PSDB-RS), para financiar os gastos da CPI do PC. O deputado foi o primeiro a assinar uma lista de contribuições e doou Cr\$ 1 milhão de seu salário ao Senado. Benevides disse que este ano o Senado, que é obrigado pelo regimento interno do Congresso a financiar os gastos das CPIs mistas, já comprou 80 passagens aéreas. Ele está preocupado com a possibilidade de ter de pagar a passagem de Luiz Octávio Motta Veiga, ex-presidente da Petrobrás, que está em Londres e deverá depor em Brasília.

O presidente da CPI, deputado Benito Gama (PFL-BA), disse que mesmo sem a convocação do Congresso a CPI deverá funcionar normalmente. Um deputado integrante da Mesa explicou que a combinação dos regimentos internos da Câmara e do Senado garantem o funcionamento da CPI durante o recesso de julho. O Legislativo tem três regimentos internos — da Câmara, do Senado e do Congresso (misto). O regimento interno da Câmara não estabelece qualquer restrição ao funcionamento de CPIs durante o recesso. O do Senado, determina apenas a suspensão da contagem do prazo total dessas comissões. O regimento do Congresso é omissivo sobre o assunto. Assim, com ou sem recesso, a CPI que investiga as denúncias de Pedro Collor contra o empresário PC Farias deve continuar funcionando.